

Lusofonia em movimento: língua, culturas, nações

Enrique Rodrigues-Moura
Universität Bamberg

Considerações gerais

Ao observador externo, resultam fascinantes os processos de formação e consolidação de literaturas ou culturas nacionais ainda em curso no alvorecer do século XXI. Os processos em andamento das diferentes literaturas ou inclusive das culturas nacionais da África, cuja base se assenta na língua portuguesa, representam um caso paradigmático do que o historiador e teórico alemão Reinhart Koselleck denominou de convivência simultânea do não simultâneo no mesmo espaço geográfico (1979). Em outras palavras, trata-se da vivência sincrônica do diacrônico; a atualização de um suposto pretérito que passa a ser presente e a materialização, mesmo que num plano ideal, de um futuro que se apresenta como já atual. Esses casos luso-africanos consistem numa afirmação cultural nacionalista, alicerçada em teorias e práticas políticas próprias do século XIX ocidental – com um discurso marxista da descolonização elaborado durante a Guerra Fria –, mas numa época em que a globalização redesenha ou até elimina fronteiras que se traçaram para incluir no seu interior entidades essencialistas com vocação, inclusive, de serem imutáveis.

Se partirmos da conhecida definição que Benedict Anderson (1993: 5-7) propôs para o surgimento do conceito de nação no contexto político do século XIX – comunidade política imaginada, limitada e soberana –, vemos que, no momento presente, são necessários alguns comentários históricoculturais para atualizá-la ou adaptá-la ao começo do século XXI. A nação segue sendo uma comunidade política imaginada, pois nem todos os seus membros se conhecem pessoalmente – nem o mais populista de todos os políticos chegou a apertar a mão de todos os seus concidadãos –, mas é patente que, nos globalizados dias de hoje, os conceitos de limite e soberania mudaram radicalmente. Por um lado, os limites geográficos das fronteiras nacionais disseminaram-se com as migrações da globalização, diásporas de grupos humanos que mal mantêm a identidade que tinham,

embora não poucas vezes pensem, nostalgicamente, que a conservam inalterável, devido ao usufruto dos modernos meios de comunicação. Por outro lado, as soberanias política, econômica e inclusive cultural – os meios culturais também são um produto econômico: editoras, produtoras, etc. – deixaram de ser um elemento baseado em dados reais e tangíveis – porque, às vezes, essa realidade nacional do século XIX existia mais no plano das idealizações nacionalistas do que das vivências individuais dos habitantes de um determinado território. Esse enfraquecimento do discurso nacional, muito evidente na Europa, menos na América Latina, significa um desafio importante para os países de língua portuguesa da África, por exemplo, que estão a construir as suas respectivas nações num contexto internacional em que o discurso teórico que apoiaria esse projeto apresenta uma acentuada crise de autoconfiança.

No século dos nacionalismos, o século XIX, dois foram os motivos principais para se legitimar as novas nações. Por um lado, a deslegitimação do poder próprio do *Ancien Régime* – a famosa aliança entre trono (aristocracia) e altar (Igreja) – e, por outro, a necessidade de se legitimar uma nova forma de governo ou poder, a necessidade de se criar um novo corpo político legítimo – neste caso, a nação soberana, com relações horizontais entre todos os seus membros, não mais verticais: a partir desse momento todos passaram a ser cidadãos com os mesmos direitos e deveres. De acordo com Anthony D. Smith, vários seriam os elementos que ajudariam a formar uma nação: a consciência – idealizada – de pertencer a uma etnia determinada (assunto complexo, tanto na Europa do século XIX como nos países africanos de língua oficial portuguesa); um território geográfico estabelecido, atual, histórico ou futuro (assunto este também complexo, mas de grande importância, por exemplo, para os países latino-americanos); ampla autonomia política, cultural ou militar (elementos estes muito relativizados no século XXI, mas que, na África de língua portuguesa, ganharam peso com as Guerras de Libertação da segunda metade do século XX); a existência de um inimigo hostil, ou vários, de preferência, próximo, fronteiriço; memórias de batalhas históricas, sejam estas vitórias ou derrotas, comprovadas historicamente ou simplesmente inventadas (no que diz respeito a batalhas inventadas, muitos dos supostos feitos militares da denominada Reconquista ibérica são bastante ilustrativos); lugares sagrados; línguas e/ou textos sagrados, sejam estes escritos ou existentes só na oralidade; costumes especiais, particulares; lembranças históricas ou de conhecimentos partilhados; etc.

De todos esses elementos, a língua, como portadora de uma cultura, como também de uma literatura, assumiu um grande valor na Europa do século XIX e, como veremos mais adiante, também nos já independentes países da África de língua portuguesa, mas com alguns detalhes muito significativos que merecem ser destacados e avaliados. Nesse sentido, esclarecedoras são as palavras de Wilhelm von Humboldt sobre a importância da língua: “A língua é a forma externa do espírito dos povos; a sua língua é o seu espírito e o seu espírito é a sua língua; não se pode imaginar ambos, língua e espírito, o suficientemente unidos” (Humboldt 1960: III, 111).¹ Em consequência, língua, espírito e cultura apresentavam-se como uma unidade indivisível.²

Johann Gottfried Herder e Wilhelm von Humboldt, entre outros, propuseram uma concepção de língua com um acentuado caráter essencialista, concepção que exerceu um papel fundamental na unificação alemã. Assim, para ambos, língua e pensamento seriam correlativos e inseparáveis, e cada língua refletiria uma cosmovisão bem definida, mais especificamente, a concepção do mundo de um determinado grupo humano, pois língua e povo manteriam uma união ontológica e indissolúvel. Por outro lado, a língua constituiria, manteria e definiria uma nação, a própria suposta mentalidade de uma nação, inclusive se, politicamente, esta nação ainda não existisse como sujeito político autônomo, quer dizer, só fosse, simplesmente, um projeto político. Por um lado, a língua constituiria uma nação enquanto portadora do espírito cultural ou como fonte de conhecimentos de todo um povo ou nação determinados. Por outro, a língua substituiria uma nação, caso esta já tivesse deixado de existir na prática, tanto geográfica como politicamente, ou mesmo nos casos em que só fosse uma nação em projeto. E desde uma perspectiva de futuro, a língua conteria uma nação, embora esta ainda não existisse, pois nacionalizaria o seu (futuro) povo e o animaria a formar a nação no tempo. No caso histórico alemão, o cultivo da língua alemã e da sua cultura foi um fator decisivo para a unificação de 1871, pois até então nem a geografia, nem a organização política, nem a religião tinham contribuído para o nascimento do novo Estado. Foi neste sentido

1 No original, publicado postumamente em 1836: “Die Sprache ist gleichsam die äußerliche Erscheinung des Geistes der Völker; ihre Sprache ist ihr Geist und ihr Geist ist ihre Sprache; man kann sich beide nie identisch genug denken”.

2 O que segue sobre a questão da língua, a respeito da projeção internacional do castelhano ou espanhol, pode ser lido em Rodrigues-Moura 2013a.

que, no princípio do século XIX, em 1813, Ernst Moritz Arndt escreveu o seu poema “Des Deutschen Vaterland”, no qual se pergunta, retoricamente, onde se situariam os limites geográficos da sua pátria, se na Baviera, na Estíria, no Tirol ou em Pomerânia, por exemplo, para acabar se respondendo que os territórios da sua pátria teriam que ser ainda maiores: até onde se escutasse ou se sentisse a língua alemã.³ As consolidadas estruturas territoriais e políticas do Império Austríaco (Kaiserthum Oesterreich, 1804-1867) e, posteriormente, do Império Austro-Húngaro (Österreichisch-Ungarische Monarchie, 1867-1918), entre outros fatores, impediram que a Estíria e o Tirol passassem a ser parte do Reich Alemão (Deutsches Reich, 1871-1945), salvo durante a ocupação nazista, de 1938 a 1945.

Na mesma linha ideológica de Herder ou Humboldt, Jacob Grimm salientou, no seu prefácio ao *Deutsches Wörterbuch*, em 1854, a fundamental importância da língua para a unidade alemã. Perguntava-se o linguista alemão: que possuem os alemães em comum senão a língua e a cultura? (Grimm 1854: lxviii).⁴ Não foi casual o salto de uns propagandísticos versos nacionalistas de Ernst Moritz Arndt ao famoso dicionário dos irmãos Grimm, senão um exemplo evidente de que a educação adquiriu uma importância capital na hora de divulgar a língua e a cultura nacionais. Língua, educação regada e meios de comunicação foram fundamentais para a configuração das nações no século XIX, como já assinalou Anderson no seu muito citado livro que consagrou o conceito de comunidades imaginadas. A educação e os meios de comunicação permitiram que uma burguesia cada vez mais emancipada do anterior domínio aristocrático passasse a ter uma consciência de classe pujante e fortemente nacionalista.

3 No original, “So weit die deutsche Zunge klingt” (Arndt, “Des Deutschen Vaterland”, em: *Der Rhein* (1813), estrofa 6). O baile das fronteiras desde então até os dias de hoje é significativo e merece ser recordado, mesmo que brevemente: a Pomerânia situava-se entre o nordeste da atual Alemanha e o noroeste da atual Polónia; a Baviera ampliou de forma importante os seus territórios depois das invasões napoleónicas, passando a formar parte da Alemanha, em 1871; a Estíria do Império Austríaco, além da sua geografia atual, estendia-se por terras que hoje são eslovenas; o Tirol, também austríaco, perdeu amplos territórios depois da I Guerra Mundial, nomeadamente, o atual Tirol do Sul (Südtirol). Note-se bem que nesses territórios citados por Ernst Moritz Arndt, por regra geral, falavam-se também outras línguas, além do alemão (e os inúmeros dialetos do próprio alemão).

4 Em alemão, “Was haben wir denn gemeinsames als unsere Sprache und Kultur?”. O dicionário começou a ser escrito em 1838 e só foi concluído em 1961. Denomina-se, comumente, *Der Grimm*, por terem sido os irmãos Jacob e Wilhelm Grimm os que o iniciaram. A introdução aparece assinada só por Jacob Grimm.

Mas há outra aproximação ao fenômeno linguístico como elemento nacional, o francês, que muito interessa descrever aqui, ainda que sumariamente. Lembremos, por exemplo, o famoso *Rapport Grégoire*, apresentado por Henri Grégoire à Convenção Nacional Francesa em 1794. Partindo da premissa de que reduzir todas as línguas da Europa a uma única língua comum seria uma quimera, algo impossível, Henri Grégoire fez a proposta de uniformizar a língua de uma grande nação, neste caso, a da França. O objetivo era que todos os cidadãos dessa grande nação pudessem se comunicar sem impedimentos. Tal empresa, que, salienta, nenhum povo havia podido alcançar, seria digna do povo francês, que, recentemente, havia criado uma República una e indivisível. Tratar-se-ia de uma proposta que consagraria o uso único e invariável da língua da liberdade, logo, o francês.⁵ Anne Marie Thiesse formula em breves palavras e de forma precisa a radical mudança linguístico-cultural que implicou o *Rapport Grégoire*: “La proclamation de la République change radicalement la perspective : l’usage de la ‘langue du roi’ était pour les sujets question d’éducation e de choix, pour les citoyens, l’usage de la langue de la nation est un devoir” (1999: 70). O resultado teve êxito, mas, como se sabe, deixou vítimas humanas e linguísticas. Num dos seus últimos textos, Walter Benjamin consignou de forma lapidar essa dualidade entre a cultura e a barbárie: “Não houve nunca um documento de cultura, sem, ao mesmo tempo, sê-lo também da barbárie” (Benjamin 1991: 701).⁶

O grande mérito do nacionalismo, quando triunfante, é conseguir a união convencida de um número ingente de indivíduos separados pelo espaço e pelo tempo: *τόπος* e *χρόνος* (tópos e cronos). Quer dizer, conseguir que um cidadão pense que os seus antepassados e os seus futuros

5 O texto original do *Rapport Grégoire* de Henri Grégoire diz assim: “Une langue universelle est, dans son genre, ce que la pierre philosophale est en chimie. Mais au moins on peut uniformiser le langage d’une grande nation, de manière que tous les citoyens qui la composent, puissent sans obstacle se communiquer leurs pensées. Cette entreprise, qui ne fut pleinement exécutée chez aucun peuple, est digne du peuple français, qui centralise toutes les branches de l’organisation sociale, & qui doit être jaloux de consacrer au plutôt, dans une République une et indivisible, l’usage unique & invariable de la langue de la liberté” (Grégoire 1794: 4).

6 Trata-se do texto *Über den Begriff der Geschichte*, escrito, aproximadamente, em 1940, mas só publicado em 1942: “Es ist niemals ein Dokument der Kultur, ohne zugleich ein solches der Barbarei zu sein.”

descendentes são da mesma nação, cultural e linguisticamente, mesmo que morem ou tenham morado nos confins do território nacional que ele próprio habita.

Termo de comparação: a afirmação literária e cultural do Brasil

Vista rapidamente estas ideias sobre nação e cultura nacionais, interessa observar a sua aplicação prática no espaço da língua portuguesa. O modelo que descreveremos e comentaremos a seguir, para compará-lo com os dos países de língua portuguesa da África, é o brasileiro.⁷

“A nossa literatura é galho secundário da portuguesa, por sua vez arbusto de segunda ordem no jardim das Musas...”. A frase é conhecida, encontra-se na segunda página do prefácio de *Formação da literatura brasileira*, de Antonio Candido, de 1959. Candido classificou os textos literários produzidos na América Portuguesa durante os séculos XVI, XVII e começo do XVIII como “manifestações literárias”, não constituindo, portanto, ainda, uma literatura nacional. E temos que entender literatura no sentido de cultura, no sentido de repositório do saber culto de uma comunidade. A literatura nacional brasileira, segundo Candido, só pôde começar a se formar no espírito de seus autores e leitores, a partir de meados do século XVIII, com movimentos culturais como o Neoclassicismo, a Ilustração e o Arcadismo. Assim, de quatro séculos e meio de uma possível literatura brasileira – lembre-se que o livro é de 1959 –, Candido ficou só com dois e meio, escasso resultado quantitativo, segundo os seus acérrimos censores da primeira hora.

As reações críticas ao seu livro, algumas furibundas, não demoraram em aparecer. No mesmo decênio de 1950, Afrânio Coutinho dirigiu a obra *A literatura no Brasil*, importante esforço editorial no qual colaboraram vários autores e que apareceu em quatro volumes entre 1955 e 1959. Esse trabalho acadêmico tem o valor de apresentar a literatura brasileira a partir de conceitos literários de periodização, com uma clara e explícita vontade de eliminar o adjetivo colonial da literatura do Brasil, por ser este de caráter político e não pertencente à crítica literária. Assim, o autor dividiu

⁷ Os parágrafos que seguem, visando ao debate sobre a mal denominada literatura colonial brasileira, foram parcialmente publicados em Rodrigues-Moura 2009.

a obra em períodos literários tais como Barroco, Rococó, Romantismo, Realismo, Naturalismo, Simbolismo, etc. A finalidade era separar o fato literário da sua dependência das circunstâncias políticas e sociais, logo, isolar texto e contexto; conceder autonomia ao fato literário:

O que se sustenta aqui é a natureza peculiar do fato literário, sua origem na imaginação criadora, sua finalidade em despertar o prazer estético, sua natureza específica formada por elementos que só nele e para ele existem, sua autonomia em face dos outros fatos da vida (Coutinho 1968: xxviii).

Uma visão, portanto, bem diferente da de Antonio Candido, que, em diversas publicações, desde os anos cinquenta do século xx, vinha tentando demonstrar a necessidade de se aplicar um ponto de vista sociológico à literatura ou à cultura que, no entanto, não excluísse o estudo textual de cada obra. As suas teorias socioliterárias formaram a base conceitual que lhe permitiu redigir a já citada obra *Formação da literatura brasileira* (1959): “A literatura é pois um sistema vivo de obras, agindo umas sobre as outras e sobre os leitores; e só vive na medida em que estes a vivem, decifrando-a, aceitando-a, deformando-a” (Candido ⁸2000b: 74).

Para Candido, um texto literário só passa a existir quando integrado em um sistema literário, e para isso, inevitavelmente, há de haver (1) um grupo de escritores que conformem uma vida literária; (2) um público, amplo ou restringido, que leia e critique; e (3) uma tradição literária, quer dizer, a existência e o reconhecimento por autores e público de obras precedentes, seja para continuar as linhas poéticas marcadas, seja para rejeitá-las.

Assim, não há literatura enquanto não houver essa congregação espiritual e formal, manifestando-se por meio de homens pertencentes a um grupo (embora ideal), segundo um estilo (embora nem sempre tenham consciência dele); enquanto não houver um sistema de valores que enforme a sua produção e dê sentido à sua atividade; enquanto não houver outros homens (um público) aptos a criar ressonância a uma e outra; enquanto, finalmente, não se estabelecer a continuidade (uma transmissão e uma herança), que signifique a integridade do espírito criador na dimensão do tempo (Candido ⁸2000a: 139-140).⁸

Em 1960 apareceram outras duas obras de Afrânio Coutinho, *Introdução à literatura no Brasil* e o polêmico livro *Conceito de literatura brasileira*,

⁸ Os artigos de Antonio Candido aqui citados são prévios a 1959, ano em que se publicou o livro *Formação da literatura brasileira*, mas coetâneos à época em que ele estava redigindo essa obra.

com tese abertamente contraposta à de Antonio Candido. O autor começa recuperando e defendendo o conceito de “obnubilação” – às vezes, “obnubilação brasílica” – de Araripe Júnior, que explicaria a reação do europeu (português) ao chegar à América, e a partir desse conceito avança a ideia da diferenciação. Os colonos portugueses, na medida em que se afastavam da costa, teriam regressado “à condição primitiva, esquecendo o estado de civilizados” (Coutinho ²1981: 10). De forma categórica, Coutinho afirma que um homem novo criou-se desde o primeiro instante em que pôs o pé no novo mundo:

Foi o americano, o brasileiro. A sua fala, sua sensibilidade, suas emoções, sua poesia, sua música, tinham de ser, e foram, diferentes, diferenciados desde o início. Nada tem de comum com o que se produziu na Europa. Desde o primeiro século, máxime no segundo, falava-se, sentia-se, cantava-se no Brasil de maneira diferente (Coutinho ²1981: 10-11).

Com precisão teleológica, os primeiros habitantes do Brasil teriam lutado tenazmente para construir, conscientemente, a civilização brasileira: “A história não é um fluxo contínuo e caótico, sem direção e sem nexos” (Coutinho ²1981: 19), chega a escrever um muito empolgado e nacionalista Coutinho:

No Brasil, não há talvez outra linha de pensamento mais coerente, mais constante e mais antiga do que a nacionalista, nem outra que reúna o maior número de grandes figuras da nossa inteligência. [...] Gregório de Matos, a primeira voz do nosso barroquismo crioulo, defendendo nossa gente contra o colono português; o Padre Vieira, a grande voz brasileira que reivindicou os nossos direitos junto aos donos do mundo então; Botelho de Oliveira, Rocha Pita, Frei Vicente do Salvador, os primeiros a falar de nossas frutas, de nossos feitos, de nossos hábitos; os acadêmicos que já se consideravam “brasílicos” e “esquecidos” dos portugueses, num evidente assomo de irredentismo [...] (Coutinho ²1981: 29).

Com esta argumentação, fica claro que Afrânio Coutinho pretendia atacar o livro de Antonio Candido. Em primeiro lugar, critica a sua concepção sistêmica da literatura: “o conceito de literatura que esposa Antonio Candido não é estético, mas histórico-sociológico” (Coutinho ²1981: 37). Por outro lado, para Coutinho, os autores do século XVII (e cita Gregório de Matos e Padre Vieira) seriam já brasileiros conscientes, que faziam e queriam fazer literatura brasileira; e, sendo assim, ele rejeita, logo de saída, a ideia de existência de uma época marcada pelas denominadas “manifestações literárias”. Nega-se a aceitar que a literatura produzida na América

Portuguesa durante os séculos XVI e XVII seja um aspecto da literatura portuguesa, da qual não se poderia diferenciar: o já citado “galho secundário”, de Antonio Candido.⁹

Chegados a este ponto, é pertinente seguir a linha crítica de Claudio Guillén, especialmente o seu artigo “Mundos en formación: los comienzos de las literaturas nacionales” (1998). O autor começa o seu trabalho salientando a necessidade crítica e metodológica de se diferenciar entre literatura nacional e identidade nacional e a inevitável interação histórica de ambas, o seu carácter “historiográfico e historiológico” (Guillén 1998: 299). Cita a poesia provençal, que se define como a literatura de uma língua, mas não de uma nação.¹⁰ No processo histórico de formação de uma literatura nacional, Guillén defende que o crítico não só tem que ter presente a linguagem utilizada por um autor, mas, também, “para quem se escreve, quer dizer, um público e uma determinada sociedade” (Guillén 1998: 301), conceitos muito próximos aos de Antonio Candido. O texto de Guillén aponta que, na Europa e no mundo ocidental em geral, várias são as literaturas nacionais que se consolidaram antes inclusive da existência dos seus próprios Estados. Os primórdios das literaturas nacionais podem ser encontrados no século XVIII – pela consciência de sua história literária compartilhada, a literatura italiana teria tido um começo mais prematuro – mas só se consolidaram no século XIX. Nos casos alemão e italiano, é evidente que a suas respectivas literaturas nacionais se formaram antes e da unificação e identidade compartilhada, inclusive linguística, dos Estados que as assumiram como próprias. Em épocas prévias ao triunfo da ideologia nacionalista, que logo assumiu o controle do Estado, reforçando-o, a literatura nacional não era uma entidade autônoma e indiscutível. A implantação de uma educação estatal permitiu superar os limites localistas – família e vida comunitária – e apresentar aos escolares e futuros cidadãos a existência de uma nação homogênea na sua totalidade, embora pudessem permanecer sempre certas particularidades localistas, e conseguiu, assim, que eles passassem a ser herdeiros de uma única literatura nacional que

9 No âmbito cultural da língua portuguesa, Fidelino de Figueiredo já tinha alertado, em 1935, para o fator nacionalista como organizador das literaturas ibéricas a partir do século XIX. É mais: afirmara que, na data em que ele escrevia, o conceito de espírito nacional de uma literatura concreta vinha a ser algo corriqueiro mas, em épocas anteriores ao século XIX, era inexistente (Figueiredo 1971: 14).

10 Um exemplo paradigmático semelhante encontra-se na lírica galego-portuguesa, cultivada inclusive por um rei castelhano como Alfonso X (1221-1284).

exprimiria o seu espírito popular (*Volksgeist*). Em vários casos europeus, entre eles o francês, a língua não teria facilitado uma homogeneização nacional, pelo que a educação popular adquiriu um papel fundamental na hora de criar e ativar os conceitos de nação, povo soberano e cidadão. Assim, a nacionalista educação do século XIX organizou de forma coerente os fatos históricos, estabeleceu como desejáveis determinados costumes e moral, omitiu os conflitos de classe, delimitou o território nacional, criou uma literatura que não podia ser mais que nacional e mostrou e impôs o caminho a seguir.

Quer dizer, a visão proposta por Antonio Candido foi a que se impôs e a que hoje se aceita como mais coerente e com maior capacidade de explicação dos fatos literários do Brasil. Ocorre, por outro lado, que, atualmente, vive-se uma evidente crise ou perda de prestígio da literatura – também da literatura nacional – como instância cultural máxima de autoridade e de coesão social. Mesmo assim, ela ainda possui uma importante capacidade de influência, mais em alguns países do que em outros. A perda de prestígio da literatura dentro dos Estados nacionais já foi tematizada há anos, entre outros, por Costa Lima:

A tão propalada globalização do mundo, na verdade equivalente à centralização do poder em algumas instituições bancárias, é contemporânea à redução do poder dos Estados-nacionais. Isso, por um lado, se correlaciona à reconhecida perda de prestígio da literatura. Por outro, entretanto, permitiria que se repensasse a literatura fora de caminhos que foram traçados a partir de uma conjuntura já não existente (o prestígio da cultura nacional pelo Estado, a concepção factualista da história, a ideia da sociologia como ciência das causalidades sociais, a inquestionabilidade do próprio modelo de ciência clássica) (Costa Lima 1996: 39).

Assim, as histórias da literatura surgiram, conceptualmente, no decorrer do século XIX europeu, e procuraram, partindo de um sujeito cartesiano, organizar uma narrativa coerente com materiais literários do passado, a fim de criar uma nação homogênea que olhasse para o futuro. As alterações epistemológicas e culturais do século XX socavaram a autoridade deste sujeito monolítico, tornando-o fragmentário, e alertaram para o caráter construtivista – não mais essencialista – dessa narrativa literária histórica. O recente fenômeno da globalização, cada vez mais presente em todos os níveis sociais e propulsor de uma aceleração incontável dos tempos, turvou os limites entre os estados nacionais e, por conseguinte, entre as suas narrativas histórico-literárias legitimadoras. No entanto, os países que adquiriram a independência na segunda metade ou no último quartel do sé-

culo xx sentem a necessidade política de organizar a sua própria identidade linguística ou cultural, também a literária, e de projetá-la tanto em direção ao futuro como internacionalmente (*τόπος* e *χρόνος*, *tópos* e *cronos*).

No atual momento histórico, assistimos a uma importante desconfiança em relação à capacidade cognitiva do sujeito cartesiano, devido às alterações epistemológicas e à acelerada globalização, entre outros fatores histórico-políticos, o qual suscita problemas para a redação de novas histórias da literatura no contexto cultural de entidades nacionais já cada vez menos autônomas e soberanas. E assim surgem vários desafios aos que devem enfrentar os países africanos de língua oficial portuguesa. Para que público escrevem os autores moçambicanos ou angolanos? E os autores de países com menor peso geopolítico como Guiné-Bissau, Cabo Verde ou São Tomé e Príncipe? À procura de uma tradição literária com a qual dialogar, qual é o peso, ainda, da literatura portuguesa? Como criar uma literatura que se pretende nacional, quando as principais editoras, aquelas que possuem mais ou menos sólidos canais de distribuição, estão fora do país, nomeadamente, em Portugal?

E, novamente sobre a crise de legitimação da literatura como fenómeno cultural, no próprio Brasil, com uma produção editorial importante, embora muito aquém do desejável para um país-continente, hoje – começo do século xxi –, um autor que conseguir uma primeira edição de 3.000 exemplares pode se considerar afortunado. E não só, afastando-se do eixo Rio-São Paulo, com exceção, talvez, de algum estado como Minas Gerais ou Rio Grande do Sul, qual é a importância da literatura nacional, mais além do ensino secundário e da prova do vestibular? Convém lembrar que no século xx só dois autores brasileiros podiam viver da venda dos seus livros – e das suas traduções –, sem ter que exercer outras profissões, como colunistas nos meios de comunicação, por exemplo. Refiro-me a Érico Veríssimo e Jorge Amado. Já no século xxi, somente Paulo Coelho poderá afirmar com rotundidade que vive, unicamente, dos direitos de autor que gera a sua produção escrita (Rodrigues-Moura 2013b: 30).

Por último, em publicações recentes, tanto Hans-Ulrich Gumbrecht (2008) como Terry Cochran (2007) têm questionado a persistência e validade das histórias da literatura originadas no século xix, propondo uma reflexão literária que parta de pressupostos éticos e antropológicos, não mais nacionalistas. Assim, os textos literários passariam a ser artefatos portadores de vida e de um sentido de sobrevivência, mais ainda se pensarmos que, no contexto globalizado, a sempre em aumento literatura da diá-

para facilitaria a empatia do leitor com personagens e situações alheias aos âmbitos estabelecidos pelo Estado-nação, como vem a defender Arjun Appadurai (1997). Não se trataria de comparar várias literaturas nacionais – o conceito de *Weltliteratur* de Goethe – para descrever e interpretar, por exemplo, a existência de comunidades interliterárias, como poderia ser a proposta de Dionýz Ďurišin (1972). As literaturas nacionais, por muito que em contato e permanente diálogo com outras entidades semelhantes, seguiam sendo, para Ďurišin, entidades sólidas, embora, em casos concretos, como as letras da *Mitteleuropa*, estivessem interconectadas. Segundo as propostas de Gumbrecht, Cochran e Appadurai estar-se-ia a pensar na existência de uma literatura transnacional – ou pelo menos de uma sólida corrente literária –, que exigiria, por sua vez, leitores capazes de ir além das suas identidades nacionais. Nesse sentido, para encerrar com um caso concreto em língua portuguesa, romances como *Nação crioula* (1997) ou *Milagrário pessoal* (2010), do angolano José Eduardo Agualusa, seriam textos não somente pertencentes a uma denominada literatura angolana, mas, no mínimo, textos em diálogo com a histórica diáspora lusófona pelo Oceano Atlântico.

Lusofonia

O vocábulo Lusofonia formou-se da união das palavras “Lusitânia” e “fonia”, proveniente esta última do grego “fonia” (*φωνία*; falar, língua), incorporado à língua portuguesa por via latina. Lusitânia era o termo romano para definir um território que incluía, *grosso modo*, o atual de Portugal, embora os seus limites ao norte fossem o rio Douro e abrangesse, também, as atuais províncias espanholas de Salamanca, Cáceres e Badajoz.¹¹ Utilizou-se o termo a partir dos lusitanos, povo que habitava a região quando Roma a conquistou. Não é desconhecido que os vocábulos “luso” ou “lusitano”, hoje em dia, venham a ser utilizados como sinônimo de português. Do ponto de vista estritamente linguístico, o vocábulo Lusofonia define o conjunto de pessoas que falam português, e costuma ser usado com um sentido geopolítico, para incorporar todos os países que possuem o portu-

11 Sobre o conceito de Lusofonia, focando um público mais amplo, veja-se Rodrigues-Moura 2014.

guês como língua oficial: na Europa – Portugal –; na América – Brasil –; na África – Angola, Guiné-Bissau, Cabo Verde, Moçambique, São Tomé e Príncipe –; na Ásia – Timor Leste –. E não só. A partir de uma perspectiva mais vasta, a Lusofonia costuma incluir a Comunidade Autónoma espanhola Galiza, onde uma significativa parte da população fala ou entende a língua galega, assim como um número de enclaves, como a cidade de Goa (Índia), Macau (China) e outras regiões do mundo outrora dominadas por Portugal entre os séculos XVI e XX, tempo em que se estendeu sua expansão ultramarina. Também se costuma englobar na Lusofonia os aproximadamente dez crioulos ou línguas crioulas baseadas, pelo menos em parte, na língua portuguesa e que se falam em regiões da América, África e Ásia: por exemplo, o papiamentu (Ilhas ABC, Aruba, Bonaire e Curaçao), o crioulo de Cabo Verde, o são-tomense ou forro (São Tomé e Príncipe) ou o patoá macaense (Macau). Por último, não poucas vezes se considera que a emigração portuguesa pelo mundo – Estados Unidos, Venezuela, África do Sul, Austrália, Alemanha, França, Bélgica, Luxemburgo, etc. – também faz parte da Lusofonia.¹²

Do ponto de vista estritamente linguístico, em 1989, Sílvia Elia dividiu a Lusofonia em quatro grandes grupos: Lusitânia Antiga (Portugal), Lusitânia Nova (Brasil), Lusitânia Novíssima (países africanos de língua oficial portuguesa e, a partir de 2002, também Timor-Leste), Lusitânia Perdida (antigos territórios como Goa, Macau ou os variados entrepostos na Ásia e África) e Lusitânia Dispersa (comunidades de migrantes espalhadas pelo mundo) (Elia 1989 e Cristóvão 2005). A classificação, como todas, é discutível, mas, nesse caso, concede um valor absoluto à língua, o que permite acreditar numa maior proximidade cultural entre esses países ou populações. Elia apaga os elementos culturais, migratórios, histórico-políticos, econômicos, sociais, geográficos etc., que também são fundamentais para conformar uma nação ou, pelo menos, uma comunidade razoavelmente homogênea. Nesse sentido, esta classificação coincidiria mais com a volição nacionalista antes citada de Ernst Moritz Arndt.

Depois da Revolução de 25 de Abril de 1974 e dos anos seguintes em que se instaurou a democracia em Portugal, o projeto político que conseguiu mais apoios tanto no parlamento como entre a população foi o de

¹² Curiosamente, pouquíssimas estatísticas costumam incluir na Lusofonia as diásporas brasileira, angolana, cabo-verdiana ou moçambicana, fato que vem demonstrar, entre outros aspectos, o viés eurocêntrico do conceito de Lusofonia.

uma rápida aproximação ao legado político-cultural da Europa, situação que se atingiu com o ingresso de Portugal na Comunidade Econômica Europeia (hoje União Europeia), em 1985. O êxito econômico e político dos anos oitentas e noventas do século xx permitiu que Portugal orientasse a sua política internacional na direção europeia e, também, rumo aos países com os quais mantinha laços históricos, políticos e culturais. A isso somou-se o fato de que o fim da Guerra Fria permitisse uma reorganização do mapa geopolítico mundial, o que facilitou que Portugal impulsasse, em estreita colaboração com o Brasil, a criação da Comunidade de Países de Língua Portuguesa (1996) e várias instituições próximas, como o Instituto Camões ou o Instituto Internacional da Língua Portuguesa, e uma infinidade de associações ou conferências setoriais de caráter lusitano.¹³

Esta projeção internacional portuguesa baseada na cooficialidade de uma mesma língua, a língua portuguesa, em oito países do mundo, não deixa de ter vozes críticas, inclusive dentro de Portugal. Na sua origem está a sempre citada associação entre língua e império, já presente em textos de Lorenzo Valla, no século xv, quem defendeu a interdependência entre a língua latina e o Império Romano: “Ibi nanque Romanum imperium est, ubicunque romana lingua dominatur”¹⁴) (citado em Reinhard 1987: 2). Semelhante concepção linguística foi a que adotou o gramático Antonio de Nebrija, que afirmou, em 1492, que “siempre la lengua fue compañera del imperio” (Nebrija 2011: 3). Essas ideias de Valla e Nebrija são necessárias tê-las em consideração para não esquecermos que a projeção internacional da língua portuguesa – da mesma forma que a do espanhol, francês ou inglês – com demasiada frequência se deveu a fatores violentos de conquista territorial, e não tanto a um projeto evangelizador ou “civilizacional” (que, diga-se de passagem, também implicam um ato de violência). Volta a ser necessário lembrar a já citada relação entre cultura e barbárie.

13 O desenvolvimento político da Espanha foi semelhante: primeiro integração na Europa (também em 1985) e, depois, aproximação aos países latino-americanos. No ano de 1991, fundou-se a Conferência Ibero-Americana de Nações, que inclui todos os países ibéricos da Europa, mais os ibero-americanos. Se Portugal tem um significativo peso político e histórico no âmbito da Comunidade de Países de Língua Portuguesa, na Comunidade Ibero-Americana é o Brasil o país “lusófono” que assume maior protagonismo, tanto pelo seu tamanho como pelo seu caráter de “latino-americano”. E esse protagonismo é assumido para avançar na tomada de decisões ou, também, para abrandar o ritmo de trabalho, segundo interesses políticos nacionais brasileiros.

14 Em tradução livre, “Pois onde língua romana domina, lá está o Império Romano”. Esta importante reflexão sobre a língua encontra-se no seu livro *Elengantiae (Opera omnia)*, I:4, edição de E Garin, 1962). Veja-se também Asensio 1974.

Angolanos e moçambicanos lutaram por suas respectivas independências de Portugal e, ao mesmo tempo, decidiram adotar a língua do colonizador para unificar cultural e politicamente seus nascentes países, pois esses englobavam grupos étnicos e linguísticos díspares. Era necessário ocupar uma vaga nas Nações Unidas o mais rapidamente possível e a língua portuguesa era o incontornável elo comum. Estabeleceu-se, assim, uma complexa relação com a língua portuguesa que, pouco a pouco, as seguintes gerações, com o tempo, descolonizaram, ou tiveram que descolonizar.¹⁵ Durante várias décadas não se sabia se a língua portuguesa acabaria por se impor nas ex-colônias portuguesas da África, como, finalmente, aconteceu. Nesse sentido, a intervenção política e educativa de Portugal foi fundamental para que os próprios governos das ex-colônias, e de modo especial os seus cidadãos, fizessem sua a língua portuguesa. Quanto ao caso de Timor Leste, é mister mencionar o relevante êxito diplomático português, toda vez que, desde a ocupação do país por parte da Indonésia, em dezembro de 1975, quando aquele se encaminhava para a sua independência, Portugal denunciou sempre em todos os foros internacionais esse ato de guerra e a mortandade ulterior. Anos depois, em 2002, quando, devido a convulsões internas na própria Indonésia, foi possível se pensar na independência de Timor Leste, a comunidade internacional não teve dificuldades em apoiar uma luta que já tinha uma tradição de décadas. Mesmo assim, visto por um observador externo, não deixa de ser estranho que o outrora país colonial tenha lutado diplomaticamente pela indepen-

15 Trata-se de uma descolonização ainda muito imperfeita e, inclusive, discutível. Prestar atenção às biografias individuais ajuda, às vezes, a compreender a evolução de um sentimento nacionalista. No encontro acadêmico de Hamburgo, de 2013, origem deste livro, participaram dois moçambicanos: o professor Nataniel Ngomane e o pesquisador Eduardo Felizberto Buanaissa. O primeiro vivenciou, ainda adolescente, a independência de Portugal, tendo, inclusive, muitos parentes que participaram ativamente na luta contra Portugal. O segundo já nasceu no Moçambique independente e não domina nenhuma língua africana – a diferença de Ngomane –, a sua língua é o português de Moçambique. Os dois possuem uma experiência acadêmica no Brasil: Ngomane fez lá o seu doutorado e Buanaissa um mestrado. Quando se fala de Lusofonia, de relações com Portugal, Ngomane não se encontra cómodo, os “tugas” estão ainda muito presentes no seu imaginário. Pelo contrário, Buanaissa, como demonstra no seu artigo incluído neste livro, considera a construção linguística da Lusofonia como algo melhorável, logo, não desprezível. No romance *Milagrário pessoal*, de José Eduardo Agualusa, pode-se ler um exemplo paralelo, embora timorense: “Criou seis filhos, transmitindo a todos eles um acrisolado amor ao idioma português, conquanto não a Portugal, pois a indomável cólera que toda a vida manteve contra o regime colonial não poucas vezes o cegava, confundido o mesmo com a minúscula pátria de Salazar (Agualusa 2010: 72). A separação entre língua e povo ou cultura é algo evidente para essa personagem.

dência da sua ex-colônia. É de se notar que a inicial língua de dominação, o português, tenha conseguido se transformar numa língua de libertação, em menos de vinte anos. No seu romance *Milagrário pessoal* (2010), José Eduardo Agualusa tematiza, ficcionalmente, esta luta de resistência baseada, em parte, na língua portuguesa:

Naqueles anos de isolamento, com as cidades e o campo controlados pelas tropas indonésias, as rádios a transmitirem discursos em bahasa, a bandeira vermelha e branca (a Bendera Merah Putih) hasteada em todos os edifícios públicos, ouvir alguém declamar em português exigia coragem, era um acto de resistência e insubmissão. Fadário lembrou-se de fotocopiar os sonetos de Camões e antes de cada leitura distribuía os papéis pela assistência. Aqueles que sabiam ler acompanhavam os versos num murmúrio, como se rezassem, e alguns ficaram a sabê-los de cor, que é como quem diz, através do coração. No término das sessões, as pessoas abraçavam-se a chorar (Agualusa 2010: 74).

No caso, o Brasil, que em breve comemorará 200 anos de independência, apresenta um percurso diferente, mas também teve necessidade de aculturar a língua portuguesa ao novo espaço geográfico, cultural e político. Oswald de Andrade, por exemplo, versificou muito bem a realidade de uma variante brasileira do português. É já famoso o seu poema “Pronominais”, tanto pelo seu tom humorístico como pela consciente afirmação de uma união nacional – “o bom negro e o bom branco” –, sem distinções de classe social ou de origem étnica, ao redor de uma variante linguística. Afinal de contas, uma única variante linguística segue sendo o objetivo de qualquer nacionalista:

Dê-me um cigarro
Diz a gramática
Do professor e do aluno
E do mulato sabido
Mas o bom negro e o bom branco
Da Nação Brasileira
Dizem todos os dias
Deixa disso camarada
Me dá um cigarro.
(Andrade 2005: 124)

Mesmo assim, Luís Vaz de Camões segue sendo uma referência no Brasil, pelo menos até há poucos anos, entre a população letrada. Entre 1972 e 1975, durante a vigência da censura militar, o jornal *O Estado de São Paulo* optou por várias formas de avisar os seus leitores da existência de notícias censuradas: deixando o espaço destinado à notícia proibida em branco

(por exemplo, no dia 19 de setembro de 1972, página 3); elogiando, quase que poeticamente, a figura do presidente-ditador, à espera de que o leitor entendesse (19 de junho de 1973, página 6); ou incluindo versos de *Os Lusíadas* (15 de agosto de 1974, página 4). Assim, o poema épico português¹⁶ se mostrava como parte do patrimônio cultural brasileiro, ao servir como uma inteligente forma de alertar o leitor para algo que havia sido censurado, ao não ter nada a ver com a situação política do momento – versos próprios que se apresentavam fora de lugar.

A relação identitária, cultural, entre uma língua e as pessoas que a falam, nasce, como se viu em páginas anteriores, no século XIX. É essa relação entre povo e língua que subjaz no projeto político-cultural da Lusofonia, que todos os governos portugueses e não poucas instituições do Estado vêm projetando internacionalmente. A base literária que se costuma repetir para legitimar esta opção ideológica são umas breves palavras de Fernando Pessoa, concretamente, do seu heterônimo Bernardo Soares, publicadas em 1931:

Gosto de dizer. Direi melhor: gosto de palavrar. As palavras são para mim corpos tocáveis, sereias visíveis, sensualidades incorporadas. [...] Não tenho sentimento nenhum político ou social. Tenho, porém, num sentido, um alto sentimento patriótico. Minha pátria é a língua portuguesa. (Pessoa [Bernardo Soares] 2010: 325-326).¹⁷

Esta relação entre pátria e língua uniria, de forma natural, pessoas e sociedades diversas, distantes e complexas, em um ato performativo de igualdade horizontal que passaria a existir graças à sua mera enunciação. Como já salientaram Eduardo Lourenço (1996: 173-182) e Antonio Tabucchi (2000: 1 e 18), Fernando Pessoa teria recuperado a língua portuguesa, depois de uma infância e juventude na África do Sul, ao tempo que o seu heterônimo Bernardo Soares buscava no seu diário – *Livro do desassossego* – um espaço individual para a sua solidão e desenraizamento do mundo. Assim, transformar uma busca individual e literária num projeto de unidade cultural é uma evidente interpretação abusiva da frase de Pessoa/Soares. Mais de vinte anos depois, aos poucos dias de receber o Prêmio

¹⁶ Ao todo, como se pode ler no *site* do próprio jornal *O Estado de São Paulo*, os versos de Camões foram reproduzidos 655 vezes para substituir material censurado pela ditadura militar.

¹⁷ Texto publicado por primeira vez na revista *Descobrimento. Revista de Cultura*, em 1931, vol. 3, 409-410. Respeita-se a grafia do original citado.

Nobel de Literatura, em 1957, Albert Camus afirmou que “Ma patrie c’est la langue française”, mas, precisamente, conhecendo a sua biografia e o contexto histórico, sem nenhuma vocação nacionalista. E em 1972, Jorge Luis Borges chegou a escrever que “[m]i destino es la lengua castellana”, no poema titulado “Al idioma alemán”. Também aqui não se encontra nenhuma pretensão de englobar o coletivo no âmbito de uma única língua, e menos por boca de Borges, autor que defendeu a individualidade criadora acima de tudo.

Dito isto, é bem certo que alguns autores, especialmente os mais viajados, sim se identificam com as variedades da língua portuguesa e, eventualmente, poderiam até se sentir cómodos numa ampla Lusofonia, talvez numa Lusofonia renovada, numa Lusofonia que reconhecesse as múltiplas variedades da língua portuguesa, sem preocupações com a língua padrão. Quanto ao que deveria ser a língua *standard*, vale a pena lembrar as sempre citadas palavras de Celso Cunha, que defendia que esta estivesse conformada pelos falantes cultos: “Essa República do Português não tem uma capital demarcada. Não está em Lisboa, nem em Coimbra; não está em Brasília, nem no Rio de Janeiro. A capital da língua portuguesa estará onde estiver o meridiano da cultura” (Cunha 1964: 38).

A seguir comentamos, sumariamente, textos de dois autores: um, de origem brasileira, Juva Batella, e outro, José Eduardo Agualusa, de origem angolana. Começamos transcrevendo um diálogo sobre a língua portuguesa escrito por Juva Batella, durante o tempo que ele residiu em Lisboa.

Conversa com a Língua Portuguesa

- Preciso escrever para ti uma declaração de amor.
- Não há coisa mais fácil... Diz que sou bela.
- Isto todos já disseram; já não tem piada...
- Diz então que sou flor inculta e que venho do Lácio.
- O Olavo já disse.
- Esplendor e sepultura, lira singela, desconhecida e obscura...
- Ele mesmo, *idem*, *ibidem*.
- O que dizer? Diz que não sou mais do que as outras, mas que sou tua...
- Isto o Vasco já disse.
- Que graça... Diz o que faço: formo frases instáveis e...
- O Gastão disse isto.
- Cruz! Tudo já foi dito?
- Acho que sim...
- Então tudo está por dizer no que já foi dito...

- Isto já disse o António.
 - O Ramos Rosa?
 - Em pessoa.
 - Já agora... e o Fernando, o que disse?
 - Escreveu que tu és pátria.
 - E tu?
 - Eu não tenho pátria; tenho mátria e quero fráttria.
 - Então diz isto!
 - Não posso; o Caetano já disse...
 - Adoro nomes... Então diz assim: “Amo-te”.
 - Os portugueses dizem assim.
 - E que tal: “Te amo”?
 - Os brasileiros dizem assim.
 - Diz então que nasces com as minhas palavras dentro da tua barriga, e que, quando todas as minhas palavras acabam, tu morres, e...
 - Isto quem disse...
 - ... e que é por causa disso que os mortos não falam...
 - Isto é bonito, mas, como eu ia dizendo, isto quem disse foi o povo Dogon, lá da África. É uma crença...
 - Meu caro Juva, não sei bem o que vais dizer na tua declaração de amor a mim... Não podes dizer que sou obscura, que sou flor, tuba de alto clan gor e lira singela... Também não podes dizer que sem mim não serias o que és, porque o que és é mais do que aquilo que falas e escreves...
 - Pois...
 - Eu sei que queres dizer que me entendes inteira, me dominas e de mim fazes com que os outros te percebam e te admirem. Sei que queres dizer que sou a vertiginosa lista de todas as palavras, todas as combinações de palavras e todos os sons das bocas de meio mundo. Não sou. Sou mais.
 - Muito mais... devagar. Estou a tomar notas...
 - Talvez queiras acreditar que tenho em mim palavras que nenhuma outra língua tem e que sou a saída para a tua ânsia de querer expressar, querer entender e querer não esquecer.
 - Sim, sim...
 - Talvez prefiras acreditar que sou e surjo muito mais e melhor da forma como me escrevem, e talvez depois percebas que, na verdade, sou muito mais, e melhor, do modo como me falam, embora no fundo intuas que eu esteja muito mais próxima de mim mesma, e de ti, quando sou da maneira como me pensam... Anotaste?
 - Sim. Disseste tudo. Como sempre... Obrigado.
 - Conta comigo, sempre que precisares...
 - Conto, sim. Quando eu conto, é sempre contigo.
- (Batella 2012: 20)¹⁸

¹⁸ Tive a oportunidade de assistir a uma breve leitura dramática deste texto no dia 13 de abril de 2009, com motivo da inauguração do II Colóquio Internacional Relações Literárias Luso-Brasileiras – Textos e Fronteiras, que aconteceu na Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa. Agradeço a gentileza do autor, que, posteriormente, me enviou este texto completo, com autorização de o publicar.

O texto recupera diferentes e famosas afirmações elogiosas sobre a língua portuguesa – uma espécie de subgênero que não poucos autores gostam de escrever em algum momento da sua vida. As referências são, basicamente, luso-brasileiras, mas com salto a uma lenda africana do Mali, sobre a qual Juva Batella chegou a escrever um texto que virou ópera.¹⁹ O leitor atento reconhece imediatamente os versos de Olavo Bilac – soneto “Língua portuguesa” –, também os de Vasco Graça Moura – poema “Lamento para a língua portuguesa” – e os de Gastão Cruz e António Ramos Rosa. E ainda a clássica frase que une língua a pátria, antes citada, de Fernando Pessoa, e os muito popularizados versos, pelo seu elemento musical, sobre a mátria de Caetano Veloso. Há uma vontade lúdica de apropriação individual da língua, por cima de qualquer identidade ontológica.²⁰ A referência ao binômio língua-pátria leva-nos a um romance de José Eduardo Agualusa, *Milagrário pessoal* (2010), no qual o protagonista afirma que “[h]á versos onde cabe inteira a minha pátria” (Agualusa 2010: 67) ou, em direto diálogo com a frase pessoana, acrescenta, “[a] minha pátria é um mistério íntimo” (Agualusa 2010: 151). Adianta-se, pois, uma forma de ver a pátria como entidade complexa, difícil de se explicar, especialmente, em Angola, de onde vem o protagonista. Para salientar a sua concepção de pátria como um acréscimo de identidades, o protagonista deste romance compara a sua relação com as línguas que domina com reflexões do pensador angolano Mário Pinto de Andrade (1928-1990):

Questionado sobre qual a sua relação com o português e o quimbundo, Mário Pinto de Andrade costumava explicar que, quando criança, o português era a língua de casa e o quimbundo o idioma do quintal. [...] Portanto, Mário estava lusófono na sala de estar, ao passo que no quintal se achava banto, ou quase banto. Comigo aconteceu algo semelhante. Também eu cresci dividido entre a sala de estar e o quintal. Dividido? Escrevi dividido? Perdão, por vezes distraio-me e erro um pouco. Permitam-me que corrija: cresci acrescentado entre a sala de estar e o quintal (Agualusa 2010: 125).

19 Trata-se da ópera infantil *As palavras na barriga*, livremente inspirada no livro infanto-juvenil *O menino que guardava as palavras na barriga*, de Juva Batella. O livro baseia-se numa lenda do povo Dogon, da África Ocidental, segundo a qual, uma pessoa morre quando gasta todas as palavras que tem na barriga.

20 É de se salientar o interesse de Juva Batella pela obra de Walter Campos de Carvalho (1916-1988), autor que muito se interessou pelas capacidades de expressão da língua portuguesa.

Já no século XXI, aceitar a existência de uma única identidade seria um anacronismo, embora ainda muito presente no discurso mediático. Tanto que o protagonista do romance tem que se corrigir. O narrador autodiegético faz questão de tornar patente essa autocorreção, para logo a seguir defender uma identidade complexa formada de acréscimos, sempre em movimento. Essa identidade complexa também é a que o romance defende para a língua portuguesa, uma língua que deveria aceitar os acréscimos linguísticos de todas as suas variedades. Talvez assim a Lusofonia pudesse se tornar um conceito entendido não só pelas elites letradas de cada um dos países cuja língua oficial é o português:

Repara que ao enriquecer a língua, criando palavras de que nem sabíamos que precisávamos, palavras das quais, entretanto, já não nos conseguimos separar, essa pessoa, ou pessoas, quem quer que seja, está também a contribuir para que o nosso pensamento se desenvolva, se torne mais complexo. Trata-se, com efeito, da mais radical das subversões, a de melhorar uma civilização sofisticando o seu idioma (Aqualusa 2010: 22).

Os crioulos de base portuguesa, como aqueles que existem em Cabo Verde, Guiné-Bissau, São Tomé e Príncipe ou em Casamance, no Senegal, todos eles preservam termos da nossa língua. Alguns que esquecemos. Outros que nunca utilizámos, mas que partilham o espírito do idioma. Também eles nos pertencem (Aqualusa 2010: 57-58).

O romance permite esta interpretação de defesa da variedade e da complexidade da língua, mas, por outro lado, está escrito em perfeito português padrão, o que poderia ser uma contradição ou, simplesmente, a constatação de que desejos e realidades nem sempre caminham juntos. Se não se trata de uma radical tomada de posição, passa, pelo menos, por uma interessante chamada de atenção.

Conclusões

É legítimo e muito compreensível o uso da língua portuguesa como um excelente método de projeção internacional – e neste esforço político a diplomacia portuguesa está bem à frente da brasileira. Todos os países com língua e culturas com forte peso histórico buscam exportar seus produtos linguísticos e/ou culturais, mas nem sempre há a preocupação pelo respeito à diversidade cultural (inclusive pela diversidade interna do próprio país exportador). Lembremos, no entanto, que a Lusofonia vinha sendo apre-

sentada, em Portugal, como um espaço cultural de mais de 500 anos de existência, formado por inúmeras relações comerciais, religiosas, científicas e humanas. Desenhava-se uma Lusofonia que formava um espaço de concórdia, gerida por uma língua apta para o internacionalismo e possuidora de uma alta rentabilidade econômica. E se deixava de lado tudo o que tinha a ver com a dominação militar, a escravidão e até a muito recente Guerra Colonial ou as Guerras de Libertação.

Por isso é de grande valor o detalhe linguístico respeito à denominação dos Centros de Língua Portuguesa que o Instituto Camões promove desde 1992 e que se distribuem por todo o mundo.²¹ Repare-se, trata-se de centros de uma língua, neste caso a portuguesa, logo, sem importar o país em que é falada, com o intuito de se evitar a histórica associação entre Portugal e a língua portuguesa – neste caso, seriam Centros da Língua Portuguesa. Detalhes como esses são os que animam a crer que os legítimos esforços a favor da Lusofonia, pelos seus valores culturais, educativos, políticos e, inclusivamente, econômicos, são, em Portugal, cada vez mais sensíveis às múltiplas identidades culturais dos diferentes países ou grupos humanos que, voluntariamente, poderiam se sentir identificados com o conceito de Lusofonia.

Com medidas semelhantes é que se pode pensar que o mito do luso-tropicalismo²² somente resistirá em escassos redutos nacionalistas. Desta forma se poderá atrair para a Lusofonia não só os portugueses, mas, principalmente, outros povos que, do ponto de vista linguístico e até cultural, possam se sentir cómodos nessa concertação de países. A partir desse momento é que se poderia ver, como já afirmara Eduardo Lourenço, se o conceito de Lusofonia teria capacidade de resistir, ampliar-se e de se

21 O Instituto Camões foi fundado em 1992, com a finalidade de divulgar a língua e cultura portuguesas no mundo. No ano de 2009 mudou a sua denominação para Camões – Instituto da Cooperação e da Língua. Essa mudança de nome não impede que, em geral, as pessoas sigam-no chamando de Instituto Camões. Antes de 1992, outras instituições portuguesas tinham o cometido de divulgar a língua e a cultura portuguesas no exterior, mas sem uma estrutura tão profissional e eficiente como a que se vem estabelecendo desde então.

22 Muitos são já os estudos sobre o inteligente uso das teorias de Gilberto Freyre pelo Estado Novo, que defendeu uma forma portuguesa de estar no mundo – maleável, empática, etc. –, que silenciava o sofrimento dos submetidos (escravos e índios, entre outros). Veja-se, por exemplo, Castelo 1998.

enriquecer (1996: 173-182).²³ Ao mesmo tempo, como defende Pires Laranjeira, tendo em mira Portugal – afinal de contas o país, *a priori*, com mais interesse na vigência da Lusofonia –, resulta absolutamente necessário que se conheça o patrimônio cultural africano e/ou brasileiro no próprio solo nacional (Laranjeira 2011: 337). E aponta que o Brasil já começou, inclusive, com várias medidas legislativas de obrigado cumprimento, a reconhecer e a estudar a cultura, história e literatura africanas “em todos os níveis de escolaridade” (Laranjeira 2011: 347).²⁴

Voltando a Fernando Pessoa, talvez o objetivo não seja alinhar-se com a sempre citada frase que associa língua a pátria – “Minha pátria é a língua portuguesa” –, mas optar por outra radicalmente mais libertadora, como deixou por escrito em 1916 o seu heterônimo Álvaro de Campos: “Ser tudo de todas as maneiras” (Pessoa 1990: 148).

Referências bibliográficas

- AGUALUSA, José Eduardo (1997). *Nação crioula*. Lisboa: D. Quixote.
- AGUALUSA, José Eduardo (2010). *Milagário pessoal*. Lisboa: D. Quixote.
- ANDERSON, Benedict (1993). *Imagined Communities: Reflections on the Origin and Spread of Nationalism*. London: Verso.
- ANDRADE, Oswald. (2005): “Pronominais”. Em: BAPTISTA, Abel Barros / SILVESTRE, Osvaldo M. (org.): *Seria uma rima, não seria uma solução. A poesia modernista*. Lisboa: Cotovia, p. 124.
- APPADURAI, Arjun (1997). *Modernity At Large. The Cultural Dimension of Globalization*. Minneapolis: University of Minnesota Press.

23 O outro texto fundamental, e muito mediático, contra uma visão redutora dos problemas intrínsecos ao conceito de Lusofonia pode-se ler em Tabucchi 2000.

24 Realmente, desde o começo do século xx e de forma especial sob o governo Lula, o Brasil iniciou o necessário questionamento do mito de ser um país que se autodefinia como não racista, a famosa “democracia racial”. Desde então, inúmeras são as propostas educativas para recuperar uma herança africana apagada na história do Brasil. Como exemplo desta tendência político-cultural, veja-se a recente antologia *Questão de pele* (Rio de Janeiro: Língua Geral, 2009), organizada com tino comercial, mas nem por isso menos ético, por Luiz Ruffato, que busca visibilizar a fundamental presença afrodescendente no Brasil.

- ASENSIO, Eugenio (1974): "La lengua compañera del imperio. Historia de una idea de Nebrija en España y Portugal". Em: ASENSIO, Eugenio (org.): *Estudios portugueses*. Paris: Fundação Calouste Gulbenkian, pp. 1-16.
- BATELLA, Juva (2006): *O menino que guardava as palavras na barriga*. São Paulo: Girafinha.
- BATELLA, Juva (2012): "Conversa com a Língua Portuguesa". Em: *Jornal de Letras*, 1082, 21 de março a 3 de abril, p. 20.
- BENJAMIN, Walter (1991): "Über den Begriff der Geschichte". Em: SCHWEPPEHÄUSER, Hermann / TIEDEMANN, Rolf (org.): *Gesammelte Werke*, vol. I/2. Frankfurt am Main: Suhrkamp, pp. 690-708.
- CANDIDO, Antonio (1959): *Formação da literatura brasileira (Momentos Decisivos)*. vol. 1 (1750-1836); vol. 2 (1836-1880). São Paulo: Martins.
- CANDIDO, Antonio (2000a): "A literatura na evolução de uma comunidade". Em: CANDIDO, Antonio: *Literatura e sociedade. Estudos de teoria e história literária*. São Paulo: Quatro, pp. 139-167.
- CANDIDO, Antonio (2000b): "O escritor e o público". Em: CANDIDO, Antonio: *Literatura e sociedade. Estudos de teoria e história literária*. São Paulo: Quatro, pp. 73-88.
- CASTELO, Claudia (1998): *O modo português de estar no mundo. O luso-tropicalismo e a ideologia colonial portuguesa (1933-1961)*. Porto: Afrontamento.
- COCHRAN, Terry (2007): "The Knowledge of Literature". Em: *New Literary History*, 38, 1, pp. 127-143.
- COUTINHO, Afrânio (1968): "Prefácio da segunda edição". Em: COUTINHO, Afrânio (org.). *A literatura no Brasil*. Vol. I. Rio de Janeiro: Sul Americana, pp. xi-lxi.
- COUTINHO, Afrânio (1980): *Introdução à literatura no Brasil*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.
- COUTINHO, Afrânio (1981): *Conceito de literatura Brasileira*. Petrópolis: Vozes.
- CUNHA, Celso (1964): *Uma política do idioma*. Rio de Janeiro: São José.
- CRISTÓVÃO, Fernando (2005): "Lusofonia". Em: CRISTÓVÃO, Fernando / Amorim, Maria Adelina / Marques, Maria Lúcia Garcia / Moita, Susana Brites (org.): *Dicionário temático da Lusofonia*. Lisboa: Texto, pp. 652-656.
- ĐURIŠIN, Dionýz (1972): *Vergleichende Literaturforschung. Versuch eines methodisch-theoretischen Grundrisses* (trad. do eslovaco de Ludwig Richter). Berlin: Akademie-Verlag.
- ELIA, Sílvio (1989): *A língua portuguesa no mundo*. São Paulo: Ática.
- FIGUEIREDO, Fidelino de (1971): *Pirene. Introducción a la historia comparada de las literaturas portuguesa y española*. Madrid: Espasa-Calpe.
- GRÉGOIRE, Henri (1794): *Rapport sur la nécessité et les moyens d'anéantir les patois et d'universaliser l'usage de la langue française*. Paris: Imprimerie nationale.

- GRIMM, Jacob (1854): “Einleitung”. Em: GRIMM, Jacob / GRIMM, Wilhelm: *Deutsches Wörterbuch*. Leipzig: Hirzel, pp. ii-lxvii.
- GUILLÉN, Claudio (1998): “Mundos en formación: los comienzos de las literaturas nacionales”. Em: GUILLÉN, Claudio: *Múltiples moradas. Ensayo de literatura comparada*. Barcelona: Tusquets, pp. 299-335.
- GUMBRECHT, Hans-Ulrich (2008): “Shall We Continue to Write Histories of Literature?”. Em: *New Literary History*, 39, 3, pp. 519-532.
- HUMBOLDT, Wilhelm von (1960): *Werke in fünf Bänden*. Edição de Andreas Flitner e Klaus Giel. Darmstadt: Wissenschaftliche Buchgesellschaft.
- KOSELLECK, Reinhart (1979): *Vergangene Zukunft. Zur Semantik geschichtlicher Zeiten*. Frankfurt am Main: Suhrkamp.
- LARANJEIRA, Pires (2011): “Estudos portugueses e lusófonos: o valor matricial no país e estratégico no mundo (reflexões sobre a crise)”. Em: *Revista de estudos literários*, 1, pp. 331-349.
- LIMA, Luiz Costa (1996): “Literatura e nação: esboço de uma releitura”. Em: *Revista Brasileira de Literatura Comparada*, 3, pp. 33-39.
- LOURENÇO, Eduardo (1996): *A nau de Ícaro seguido e Imagem e miragem da Lusofonia*. Lisboa: Gradiva.
- NEBRIJA, Antonio de (2011): *Gramática sobre la lengua castellana*. Edição de Carmen Lozano. Madrid: Real Academia Española.
- “Obra de Camões denunciou censura” (2002). Em: *O Estado de São Paulo*, 25 de setembro. <<http://cultura.estadao.com.br/noticias/geral,obra-de-camoes-denunciou-censura,20020925p6958>> (Consultado em 20 de abril de 2015).
- PESSOA, Fernando (1990): *Poemas de Álvaro de Campos*. Edição de Cleonice Berardinelli. Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda.
- PESSOA, Fernando (2010): *Livro do desasosiego* [sic]. Edição de Jerónimo Pizarro. Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda.
- REINHARD, Wolfgang (1987): “Sprachbeherrschung und Weltherrschaft. Sprache und Sprachwissenschaft in der europäischen Expansion”. Em: REINHARD, Wolfgang (org.). *Humanismus und Neue Welt*. Weinheim: Acta Humaniora, pp. 1-36.
- RODRIGUES-MOURA, Enrique (2009): “‘A nossa literatura é galho secundário da portuguesa’. As letras e o parnaso na América Portuguesa”. Em: SALES, Germana Maria Araújo / FURTADO, Marli Tereza (org.): *Linguagem e identidade cultural*. João Pessoa: Ideia, pp. 17-34.
- RODRIGUES-MOURA, Enrique (2013a). “Políticas culturales en torno a la lengua española”. Em: ROVIRA, José María Santos (org.): *Lingüística Hispánica. La gran riqueza del español: la variedad dentro de la unidad*. Bogotá: Instituto Caro y Cuervo / Universidade de Lisboa, pp. 157-190.

RODRIGUES-MOURA, Enrique (2013b): "Letras do Brasil. Zeitgenössische Texte aus Brasilien". Em: PRUTSCH, Ursula / RODRIGUES-MOURA, Enrique (org.): *Literatur und Kritik – Dossier Brasilien*. Salzburg, julho, 475/476, pp. 24-34.

RODRIGUES-MOURA, Enrique (2014): "Lusophonie. Kultupolitische Dimensionen eines Konzepts". Em: AZEVEDO, Isabel / RODRIGUES-MOURA, Enrique (org.): *Portugal. 40 Jahre Demokratie. Fado – Fátima – Fußball und darüber hinaus*. Graz: Museum der Universität Graz, pp. 72-79.

RUFFATO, Luiz (org.) (2009). *Questão de pele*. Rio de Janeiro: Língua Geral.

SMITH, Anthony D. (1991): *National Identity*. London: Penguin Group.

TABUCCHI, Antonio (2000): "Suspecte lusophonie". Em: *Le Monde*, 18 de março, pp. 1 e 18.

THIESSE, Anne-Marie (1999): *La création des identités nationales*. Paris: Seuil.